

Ação social e comunicação: ação comunicativa?

Silvia Maria Pereira de Araújo*

RESUMO

Este artigo trata do conceito de ação social da teoria sociológica para explicar o processo de comunicação. Avalia as contribuições de Weber, Parsons e Habermas, respeitando suas tradições intelectuais. Analisa a ação comunicativa que envolve o mundo das coisas, normas e emoções e assemelha-se à abordagem teórica centrada no individual ao mesmo tempo que considera as determinações estruturais e sociais do fenômeno de comunicação.

Palavras-chaves: Comunicação, ação social, ação comunicativa.

ABSTRACT

This article deals with the concept of social action applied in the sociological theory to explain the process of communication. It evaluates Weber's, Parsons' and Habermas' contributions, respecting their intellectual traditions. It also analyses the communicative action which comprises the world of things, of rules and of emotions, being similar to the theoretical approach centered on the individual and, at the same time, considering the structural and social determinations, which are part of the communicative process.

Key words: Communication, social action, communicative action.

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

RESUMEN

En este artículo se lo usa el concepto de acción social de la teoría sociológica para la explicación de lo proceso de comunicación. Valua las contribuciones de Weber, Parsons y Habermas, respectando sus tradiciones intelectuales. Analiza la acción comunicativa por traer ella envuelto el mundo de las cosas, de las normas y de las emociones subyéticas y cercarse de la abordaje teorica, teniendo al centro el sujeto individual, al mismo tiempo que considera las determinaciones sociales estructurales de lo fenomeno de la comunicación.

Palabras llaves: Comunicación, acción social, acción comunicativa.

As reflexões aqui expressas procuram atender à ansiedade em termos teóricos de alguns problemas que se colocam para análise do fenômeno da comunicação em nossa sociedade. A partida não é unívoca, são muitos os caminhos a trilhar em busca de respostas. Um deles, talvez o principal, nasce no âmbito da teoria sociológica. Nela estão contidas as variações interpretativas acerca da ação social e para este conceito convergem as tentativas de explicação das formas assumidas pela comunicação.

Objetivamente, tem-se em vista reunir fundamentos teórico-sociológicos para analisar num primeiro momento o processo genérico de comunicação capaz de fornecer indicações para, em outros momentos, estudar formas históricas de comunicação institucionalizada ou não.

Outra vertente de passagem obrigatória das reflexões deverá ser o corpo teórico da Comunicação — Ciência ainda em discussão, cadinho de contribuições de várias disciplinas, esfera própria que vai sendo tecida pela força indiscutível da comunicação enquanto fenômeno humano, essencialmente social.

A última década acumulou constatações, sobretudo em estudos latino-americanos, acerca da inexistência de teorias da comunicação forjadas em contexto de sua ocorrência. O investigador dessa área defronta-se com modelos teórico-metodológicos elaborados a partir de uma realidade estranha à da América Latina e precários em relação à Comunicação nos planos de subalternidade social.¹ Qualquer elaboração neste sentido situa-se em terreno sobreposto de áreas limiares e complementares da Sociologia e Comunicação: terreno propício à conservação longa pela contingência de não separar vida e observação, por ser exatamente aquela que dá vida à observação. Será inútil pretender compor um quadro definido de proposições que dêem conta dos problemas da contra-comunicação, porque se corre o risco de fechá-las num sistema explicativo que abafe a percepção.

A comunicação se faz experiência humana e vem se afirmando muito recentemente como campo de interesse científico. Suas raízes devem ser procuradas no significado do partilhar de vozes e silêncios entre os homens, levando em conta o seu caráter profundamente cultural, permeado de escolhas à feição do agrupamento social em que ocorre. Na medida em que dá forma à ação, a comunicação manifesta-se enquanto **empresa criadora** que, por sua vez, faz a conexão entre as muitas

instâncias sociais e suas tantas formas de expressão.

Representativo da continuidade histórica, cada ato comunicativo em cadeia reata a experiência passada e instaura, em nível de preocupação científica, a inquietação: quem e o que se está elaborando o discurso da Comunicação. A sua origem latina — COMMUNICARE — expressa a participação ativa dos interlocutores (indivíduos ou grupos): pôr em comum, associar, entrar em contato. Daí conjeturar-se a origem sociológica da comunicação, enquanto ação/reação, um estabelecer de relações sociais com nexos significativos.

Procedendo a uma seleção de conteúdos sobre o tema, entre cientistas sociais de reconhecida contribuição, observa-se que o entendimento da comunicação equivale a reconhecer a existência de uma estrutura de sustentação das relações sociais e esferas aglutinadoras dentro da sociedade:

COOLEY, C., 1909: Comunicação significa o mecanismo mediante o qual as relações humanas existem e se desenvolvem todos os símbolos do espírito juntamente com os meios de transportá-los pelo espaço e conservá-los no tempo.²

SAPIR., 1931: Determinados processos de comunicação são necessários para a manutenção de uma sociedade, de suas unidades e do entendimento existente entre seus membros.³

BOGARDUS, E., 1931: A Comunicação é o processo básico de estimulação e reação (respostas). (. . .) A essência da comunicação encontra-se, antes de mais nada, nos significados.⁴

Algo *in flux*, a comunicação vale-se de meios que a conduzam, mas a sua essência paira acima dos veículos e da concretização de símbolos e convenções. Como um processo social implica encadeamento de ações com significado, questão básica de sua natureza. Esta é a condição implícita para que se efetive a comunicação, o plano da compreensão das mensagens transmitidas.

Embora seja o aspecto constantemente revelado da comunicação depara-se pouco com questionamentos a respeito. A literatura pertinente em Comunicação transmite certo fascínio em relação aos meios, sobretudo da comunicação de massa, sobrepujando ou, até mesmo, desprezando séria discussão teórica. Os pressupostos são tomados como dados, fetichizados não no produto final (a mensagem decodificada pela fonte receptora e os desdobramentos em termos de comportamento social que daí possam advir), mas nas instâncias mediadoras do processo da comunicação em sua apresentação acabada, material — o impresso, a TV, o rádio, o vídeo.

Se, por um lado há uma super-valorização dos meios comunicativos e dos efeitos do processo, a questão da natureza da comunicação permanece embutida. A transição do plano interpessoal para o plano massivo que com frequência não é explicitada nas teorizações, contém a concepção de sociedade que é passada, reforçada produzida pelo processo de comunicação. Na base deste ocultamento ou não desvendamento, que ocorre tanto a nível teórico quanto da prática em comunicação, está a noção de ação social. Neste ponto a nascente Ciência da Comunicação tem muito a tomar emprestado da teoria sociológica. Há que se avaliar as contribuições de Weber, Parsons e Habermas, respeitadas as suas tradições intelectuais.

AÇÃO SOCIAL — TRADIÇÃO SOCIOLÓGICA

Considerado o conceito isolado mais importante em sociologia, por traduzir a problemática da agência humana, Ação Social, de modo paradoxal, está contida

em duas versões sociológicas tradicionais e na relação entre elas. Faz-se referência à Sociologia da Ação Social propriamente dita, como dimensão micro de análise, e à Sociologia do Sistema Social, que privilegia a macrocosmos sociológico.

A contradição maior está colocada pela dualidade analítica, teórica e prática, pois cada qual parte de uma concepção de natureza humana, cujo desdobramento leva a diferenciadas visões da sociedade.⁵ Na verdade, a contradição e a oposição entre uma e outra sociologias estão profundamente arraigadas dentro da perspectiva unitária de ação social e esta como parte integrante e concomitante das origens e desenvolvimento do pensamento sociológico.

Este dualismo na história do pensamento e análise sociológicos põe num polo, a Sociologia do Sistema Social, que propõe a supremacia do sistema sobre os atores, gerando uma entidade supra-humana capaz de automanutenção; no outro polo está uma Sociologia da Ação Social que chega à concepção de sistema social a partir da ação e interação, um mundo social produzido por seus membros.

Questões pertinentes como as de ordem, controle, poder perpassam esta ambígua situação que tem dificultado a construção de uma teoria de Ação Social. O que se tem são teorizações, propõem versões alternativas das relações entre ação social e sistema social e encerram no jogo de oposição a negação da própria dualidade. De maneira simples transparece o permanente problema das relações entre o indivíduo e a sociedade, tensão que se estende a qualquer campo da atividade social. Esta tensão é trabalhada a partir do conceito de ação social em grandes pensadores como Weber e Parsons.

Elegendo-se a unidade mínima de análise na Sociologia, Weber define ação social e liga-se ao conceito de relação social. *A ação é social quando se orienta pelas ações de outros, que podem ser passadas, presentes ou futuras (...) logo, uma ação com sentido próprio dirigida à ação de outros.*⁶ Entende que "outros" podem ser indivíduos conhecidos ou uma pluralidade deles indeterminada.

A construção weberiana do tipo-ideal ação social comporta quatro tipos: a com sentido racional com relação a fins e a com relação a valores, o tipo tradicional e aquele assentado sobre a afetividade. O conteúdo, afirma, pode ser diverso — conflito, amizade, compromissos — contanto que haja um mínimo de recíproca bilateralidade na ação, que vem a ser a conduta plural da relação social, ou seja, a probabilidade da ocorrência da ação. Portanto, na relação social é preciso que o sujeito oriente a sua ação com base na expectativa sobre as expectativas de outros atores sociais. Isto implica um universo de significações partilhadas e aponta para a regularidade e padronização das ações sociais.

A ênfase da obra de Weber nos homens individuais participantes não sobrepuja a sua preocupação com os processos de racionalização, da dominação exercida pelo Estado, pela burocracia, pela associação sobre os sujeitos individuais.

Weber, Simmel, Schutz procuram a unidade do processo de ação (significado, projeto), aquilo que ela tem de intrínseco. Parsons, por sua vez, segue o caminho inverso e busca a unidade da ação pelos seus componentes estruturais. Enfático, afirma: *num sentido, toda a ação é ação de indivíduos; e ressalva no entanto, o organismo e o sistema cultural incluem elementos essenciais que não podem ser pesquisados em nível individual.*⁷ Para ele, *a ação consiste em estruturas e processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas e, com maior ou menor êxito, as executam em situações concretas.* O termo significativa, supõe o nível simbólico ou cultural de representação ou referência, ao mesmo tempo em que agrega intenções e execuções. Deriva daí uma disposição dos siste-

mas de ação — individual ou coletiva — para modificar, numa direção pretendida sua relação com o ambiente.⁸

Esclarecendo a relevância do conceito de estrutura em seu esquema de análise, Parsons evidencia o que considera as duas dimensões correspondentes nas ciências da ação, por um lado a estrutura *complexo de padrões culturais, institucionalizados e internalizados, que permitem a definição da situação para o agente — e, por outro lado a dimensão da ação "intencional" ou motivada de pessoas e, também, de grupos.*⁹

Parsons avança para além da proposta weberiana de ação social significativa sob dois aspectos: o da simbolização cultural e o da motivação. Na ação, significação e motivação são, para Parsons, categorias cultural e psicológica, respectivamente, passíveis de análise através dos componentes estruturais primários dos sistemas sociais: valores e normas, por um lado e, de outro, papéis e coletividades.¹⁰

Embora as formulações de Parsons em *A Estrutura da Ação Social* (1949) tragam o embrião de uma teoria da ação social centrada no ator social ativo, criativo, avaliador, será em 1951 com a obra "O Sistema Social" que firma a noção de ação social normativa, possível pela introjeção de valores sociais. O ator social fica reduzido, assim, a uma posição adaptativa e receptiva ao sistema social. É a passagem da concepção parsoniana de ação enquanto ato unitário para a primazia do sistema social.

Afirma-se que a Teoria Sociológica vive uma crise, oriunda de movimentos que surgiram no pós-guerra contra o funcionalismo. Alguns, acentuando o caráter contingente da ordem social e a centralidade da negação individual, estimularam a microteorização, outros desenvolveram macroteorização ao enfatizar o papel das estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo. Unilateralidade e contradições em ambas as vertentes de análise levaram a programas teóricos, que buscam a síntese entre ação e estrutura na Sociologia ocidental.¹¹

Este novo movimento teórico constitui um vai-e-vem de posições dentro das diversas tendências, ora ponderando os condicionamentos e determinações sociais macroestruturais. Todas, sem dúvida, tomando como pressupostos a natureza da ação. A renovação e revisão de caráter individualista quanto coletivista não estão livres de contradições, nem se processam linearmente. De Homans, com a teoria das trocas, às colocações de Goffman em termos de atores estrategicamente criativos, de Cicourel, renovando na etnometodologia, a um Habermas e sua "teoria comunicativa", autores norte-americanos, franceses, italianos, ingleses e mesmo da Europa Oriental debatem-se. Estão à procura de argumentos plausíveis, que não encerrem a ação social em limites estreitos da ação individualizada e subjetiva, nem persistam nos imperativos estruturais, cujas consequências objetivas das ações individuais sejam colocadas somente em estruturas além do controle dos atores.

Na base das propostas teóricas encontra-se a discussão quanto à dimensão moral e/ou racional da ação social e, ao nível de prática científica, enquanto uma atividade social como outra qualquer, está o esforço em aglutinar teoria e prática, no sentido político, juntando a teoria sobre a ação e a estrutura. Há razões sociais e institucionais, tanto intelectuais, para esse desenvolvimento do trabalho teórico. Complemento, mais do que razões, a teoria sociológica defronta-se com o seu próprio espectro. Há que encarná-lo, assumi-lo plenamente sob pena de enterrar um passado sem a garantia futura de dirimir as próprias crises.

Não se trata de formulações sobre o tema da reconciliação, encontrado em trabalhos da década de 1960 como o de Peter Berger e Thomas Luckmann (1967). Trata-se de fazer propostas analítico-explicativas que sejam capazes de recuperar,

na tradição micro-racionalista ou moralista e na tradição macro-estruturalista ou culturalista, as ambigüidades das posições, relativizando a possível unilateralidade e radicalidade de cada uma.

Esse movimento não pode incorrer, em absoluto, num ecletismo inconseqüente, pois a maturidade do estatuto científico da Sociologia está na dependência da manutenção da coerência. Repiso a importância de se discutir os pressupostos, os *a priori* que sustentam a argumentação em nível de discurso científico e as demonstrações e observações em nível empírico. Insisto neste ponto, porque o considero vital para a Sociologia como ciência, mas penso também na Comunicação, que se resente de concepções-alicerces bem trabalhadas e nem sempre explicitadas.

Além da argumentação lógica e persuasiva do discurso para resgatar o nível especificamente teórico e conceitual das Ciências Sociais, Schwartzmann lembra que existe um nível de sustentação mais profundo que deve ser alcançado, que é o da realidade social a partir da qual aquele discurso é produzido e defendido.¹²

Tal apreciação vale para a Comunicação, presa fácil, como outras ciências (e por que não, a Ciência como um todo?), dos condicionantes sociais e institucionais, cuja discussão acerca da validade intelectual e conceitual passa, necessariamente, pelo envolvimento de seus pesquisadores no (e a propósito) do espaço social que lhes abriga e a partir do qual são formuladas as interpretações e explicações para os acontecimentos. Não é por acaso, portanto, que discussões nesta linha começaram a florescer na América Latina, procurando as determinações sociais de natureza estrutural para o multifacetado fenômeno da comunicação.

Assim como a grande celeuma no interior da Sociologia está em reconhecer a presença da ação humana no "problema da ordem social" e o papel desta articulado organicamente às determinações estruturais, em Comunicação semelhante distinção/oposição reproduz-se. Concebida a comunicação como manifestação humana, embora mediatizada pelo patrimônio sócio-cultural, os esforços teórico-conceituais demonstram dificuldades em transpor o plano de individual para alçar à totalidade do fenômeno sem perder suas particularidades. A interdependência de seus elementos constitutivos fundamentais (fonte/comunicador; mensagem/canal; receptor/destinatário) traduz um fechamento para tratamento mais crítico e para a possibilidade de reverter o processo teórico, ou pelo menos, apressar-lhe o ritmo diante da avassaladora imposição da comunicação de massa.

Neste ponto, vale resgatar o conceito de ação social e estabelecer relação com o de comunicação, enquanto complexo das relações subjacentes às manifestações exteriores, cuja cadeia reinicia e completa o processo, incessantemente. Dotada de racionalidade, de intenção ou vontade, a ação social entendida estritamente ao nível de individualidade pessoal concorre para bloquear toda tendência a explicar o processo histórico, a partir de uma consciência abstrata, uma intenção pura ou uma vontade indeterminada. Como a comunicação suplanta o plano interpersonal, embora nele se revigore, acredito que, sendo uma expressão objetiva da ação social, sofre determinação direta da ação em sua esfera subjetiva. Por sua vez, expressões externas exprimem circunstâncias objetivas independentes da ação dos próprios homens. Tal é o fenômeno da comunicação.

A REFLEXÃO PRESENTE NA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Incorporando e avançando criticamente para além das contribuições de Weber e Parsons, dadas as implicações sociológicas decorrentes do conceito de Ação

Social em suas variações teóricas, há que se destacar a recente obra de Habermas para a interpretação da sociedade contemporânea.

Com a sua Teoria da Ação Comunicativa¹³ propõe uma teoria da sociedade e chega a uma teoria da modernidade. O referencial habermasiano para uma análise sociológica da comunicação é tentador. A partir de algumas leituras este é um primeiro exercício para fundamentar a problemática da comunicação em suas multifacetadas formas de expressão. Consciente de que a teoria de Habermas não responde a todas as perguntas, mesmo assim aposto em suas idéias, tal como Rouanet.¹⁴

Para Habermas, o processo de comunicação intersubjetiva é uma relação assumida por sujeitos capazes de linguagem e de ação no mundo da vida, articulado em três componentes estruturais: cultura, sociedade e pessoa. Sua teoria indica o princípio de que a razão está presente *in acto*, implicitamente, nesses três momentos - o mundo atual (das coisas), o mundo social (das normas) e o mundo das vivências (das emoções subjetivas)¹⁵. Segundo Freitag, o conceito-chave, complementar ao do mundo vivido é o de ação comunicativa. Enquanto situação interativa revela-se o ponto de confluência entre o "mundo vivido" e a "ação comunicativa", lugar em que a tensão entre ambos se concretiza.¹⁶

Em termos sociológicos, na teoria da ação comunicativa Habermas explora tipos de ação. Uma, a ação comunicativa que envolve os três mundos e supõe interação, o entendimento mútuo. Outra, é a ação instrumental, que segue regras técnicas e busca transformar o mundo objetivo; e uma terceira, de caráter social, é a ação estratégica, onde os atores se comunicam com o objetivo de alcançar poder ou influenciar o outro.

Tomando a linguagem como referencial¹⁷, Habermas aborda a questão da modernidade pelo prisma da racionalidade comunicativa.¹⁸ Componentes da ação comunicativa, as expressões lingüísticas têm também caráter de ação, *na medida em que realizo atos de fala como ordens, perguntas descrições ou avisos, relaciono-me não apenas com modos complementares de ação, como também participo em um mundo de agir comum a todos os homens*.¹⁹ Esta comunidade (*gemeinschaft*), que liga sujeitos falantes e agentes em interação, constitui um consenso sobre regras em jogo. Portanto, no conceito de compreensão já se encontra o conceito de linguagem. Deriva daí a noção de significação ("representar algo"), na medida em que concebe a linguagem relacionada a objetos de um mundo, *falamos sobre algo que não está na linguagem, mas no mundo*.²⁰ Discutindo, analogicamente as condições das regras de um jogo, Habermas coloca a questão da reciprocidade da expectativa do comportamento no relacionamento intersubjetivo. A estas expectativas mútuas que permite aos parceiros se "encontrarem", participarem da significação da regra, Habermas denomina intenções, ou expectativas estruturadas significativamente, que são orientadas para significações idênticas e podem ser compreendidas em seu sentido.

Mais do que reciprocidade da reflexão, são atos de reconhecimento recíproco que tomam os sujeitos aptos para a linguagem e a ação. Neste aspecto, segundo Habermas, a inter-subjetividade apresenta-se como uma relação paradoxal: os sujeitos tornam-se sujeitos quando se reconhecem como tais; ou seja, através de sua competência comunicativa.²¹

Como a razão está presente *in acto*, implicitamente nos três momentos que se interpenetram - em cada ato de comunicação existem pretensões de validade. Transpondo este esquema analítico para a situação de comunicação institucional, por exemplo, há que se indagar, segundo Habermas, os conteúdos transmitidos são compreensíveis? Os interlocutores são verazes? Os conteúdos posicionais são

verdadeiros? O locutor, ao praticar o ato lingüístico, tem razões válidas para fazê-lo?²² Procura-se respostas, para discutir o que Habermas denomina "consenso", quando atingidas plenamente as expectativas de validade propostas. De qualquer modo, a verificação neste esquema terá necessariamente que cumprir, também ela, o circuito da comunicação: é impossível permanecer apenas do lado do emissor; será sempre a recepção das mensagens o termômetro de avaliação.

Interação e mudança completam-se no quadro sociológico. Logo, compreensão e alteração do comportamento são praticamente indissociáveis em processos de comunicação de classes subalternas. Leia-se de contra-comunicação. Sujeitos coletivos, trabalhadores reunidos em categorias ocupacionais, cada qual ao ler o jornal reduz-se a indivíduos particularizado que se comunica. Para Habermas, *sobre o fundamento da intersubjetividade eles põem-se de acordo sobre algo que é universal, e isso de maneira tal que se identificam une com os outros, conhecendo-se e reconhecendo-se, reciprocamente, como sujeitos iguais.*

Na constituição da intersubjetividade pela comunicação Habermas vai descobrir o interesse emancipatório. Na medida em que a linguagem é feita para ser compreendida, ela visa uma universalidade de direitos e tem por horizonte o ideal de uma comunicação livre de toda coação.²⁴ Esclarece, entretanto, que *seria uma falácia dizer que uma sociedade emancipada poderia consistir em nada mais do que uma "comunicação livre de dominação". Acrescenta Habermas: A liberação de um potencial racional contido na ação comunicativa é um processo histórico mundial (...) conduz a uma racionalização dos mundos da vida, à diferenciação de suas estruturas simbólicas, expressa principalmente na crescente flexibilidade das tradições culturais, em processos de individualização, na generalização de valores, na imposição de normas mais abstratas e mais gerais, etc.*²⁵

Em sua teoria da sociedade Habermas concebe o sistema além do mundo vivido, pano de fundo para o processo comunicativo e cuja reprodução simbólica só pode se dar pelo processo comunicativo. O extrato sistêmico *coordena as seqüências das ações, independentemente das intenções dos atores.*²⁶

Em sua obra "Para a Reconstrução do Materialismo Histórico" Habermas relaciona a teoria da comunicação com os fundamentos do materialismo histórico em sua teoria da evolução²⁷, discutindo a questão da formação da identidade coletiva da sociedade burguesa contemporânea, assentada sobre princípios universalistas.²⁸ Demonstra a possibilidade de chegar a estruturas homólogas de consciência no desenvolvimento do Eu e na evolução social, remetendo a estruturas da intersubjetividade produzida através da linguagem. Afirma *estou convencido de que as estruturas normativas não seguem simplesmente a linha de desenvolvimento do processo de produção, nem obedecem simplesmente ao modelo dos problemas sistemáticos, mas têm, - ao contrário, uma história interna.*²⁹

Para ele, as estruturas de racionalidade³⁰ não se materializam apenas nos mecanismos do agir racional com relação ao fim, ou seja, em tecnologias, estratégicas, organizações e qualificações, mas também nas mediações do agir comunicativo, nos mecanismos que regulam os conflitos, nas imagens do mundo, nas formações de identidade. Sua tese é que o desenvolvimento dessas estruturas normativas funciona como abridor de caminhos para a evolução social, já que novos princípios de organização social significam novas formas de integração social.

Movimentos sociais, geralmente de classe, se entendidos como processos de aprendizagem, colocam fluidez na estrutura de racionalidade já existente, traduzindo-se em práxis social e tendendo a encontrar uma corporificação institucional.

Como explicá-los, pergunta-se, através da penetração de estruturas universalitárias em esferas de ação que na sociedade capitalista continuam reservadas à determinação privada-autônoma dos fins?³¹

Embora Habermas confesse ter aprendido com Marx e os marxistas, e reconheça ser a análise do capitalismo acesso privilegiado à teoria da evolução social, sua obra afasta-se do marxismo na medida em que desenvolve a teoria de comunicação. Examina as lacunas tanto do marxismo, quanto do estruturalismo e do funcionalismo, especialmente o sistemismo, no que tange à relação entre estruturas normativas e lógica do desenvolvimento social. Acredita que haja um processo circular entre processos de aprendizagem sociais e individuais ainda não contemplados de modo plausível por aquelas tendências explicativas nas Ciências Sociais. Habermas quer penetrar nestes domínios insuficientemente esclarecidos por outras correntes do pensamento sociológico em sua forma de delimitar e descrever seu objeto. Para Freitag, sua descoberta mais significativa é a existência na sociedade capitalista de potenciais de racionalidade latentes em concepções de mundo, imersas nas estruturas, plenamente ativas em certos subsistemas societários. Existem áreas, nos próprios subsistemas da reprodução material, que comportam reservas de racionalidade comunicativa. Cabe à teoria moderna da evolução apontar as encruzilhadas em que o potencial de racionalidade comunicativa foi inibido ou bloqueado e à teoria de ação comunicativa indicar os caminhos para recuperar os espaços perdidos.³²

É a partir dessas esferas incólumes de racionalidade comunicativa que Habermas acredita possa ser levada a luta contra o sistema, o Estado burocrático, as imposições de classe. Não há dúvida de que Habermas carrega consigo uma carga menos pessimista que Adorno, Horkheimer e, mesmo, Marcuse.

QUESTÕES EM ABERTO PARA PENSAR A COMUNICAÇÃO

A perspectiva dialética permite compreender a composição dos níveis subjetivo e objetivo na ação social, tirá-la da abstração conceitual e aquilatar a dimensão histórica que venha a ganhar. O humano não é predeterminado; é determinado na história - curso prático de distinção do homem, do que não é humano. Esta é a praxis, que compreende - além do momento laborativo - também o momento existencial: *ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc., não se apresentam como "experiência" passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, o processo de realização da liberdade humana.*³³

Desta conexão de praxis objetivante e objetivada é que se cria a "razão" da sociedade, que se pode realizar historicamente, é independente de cada indivíduo, mas existe apenas através da atividade e da razão dos indivíduos. É neste movimento que o **homem** sobrevive a cada **indivíduo**. E, perdurando a humanidade, a sociedade continua.

Com o seu agir o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo. Logo, a situação dada historicamente e o homem são elementos fundamentais da que, por sua vez, é a condição para a transcendência da situação. Transformar é superar a situação dada, e isto só se realiza graças à atividade do "corpo histórico", isto é, a classe.³⁴

Esta capacidade transformadora da ação humana, elemento-chave da práxis, Giddens remete à junção da noção de poder, em seu sentido geral, à de ação social.³⁵ Em sua opinião, a Sociologia trabalha pouco com análise de reações de poder entre atores e coletividade. Como a ação envolve, intrinsecamente, a aplicação de "meios" para obter resultados, *o poder representa a capacidade que tem o agente em mobilizar recursos para constituir estes "meios"*.

Deste ângulo faz-se oportuna a reflexão sobre estudos de comunicação, cujo centro de interesse tem privilegiado mais o lado do agente-emissor que do agente-receptor, mais a capacidade de dominação que a geração de um contra-poder, freqüentemente observada quando se trata de modalidades alternativas de comunicação.

O indivíduo é, na verdade, o sujeito de ação social, mas não existem indivíduos concretos senão em e através de relações sociais que ganham a sua própria determinação. Entretanto, são os indivíduos que agem, não as relações. Como os indivíduos não podem ser concebidos enquanto entidades metafísicas, plenos de subjetivismo; também se deve cuidar para não resvalar nas falácias do objetivismo absoluto das relações sociais. O que se pretende é um afastamento do dualismo encontrado no corpo teórico da Sociologia, em termos de sua unidade mínima de análise - o conceito de ação social.

Vale lembrar o fato de Marx conceber o conjunto das relações sociais e não o indivíduo apenas sem entretanto ignorar a contribuição da ação humana na construção da realidade social. Em sua Introdução à Crítica da Economia Política, refere-se a uma produção de indivíduos socialmente determinada, à "produção de indivíduos vivendo em sociedade".³⁶

Ao rejeitar a explicação reducionista do coletivo pelo individual, levando em conta que a totalidade complexa tem lógica própria, que não se exprime pelo simples somatório de seus elementos, quer-se dizer que a comunicação enquanto necessidade social básica explicitante da ação social, não pode ser explicada unicamente pelo prisma das relações interindividuais.

A intersubjetividade só pode ser considerada a condição *sine qua non* para a ocorrência da comunicação, se observado que no interior do mesmo processo gerador já estão contidas as relações de natureza estrutural, que supõem práticas sociais onde se articulam instrumentos de produção, aparatos institucionalizados e aparelhos de difusão ideológico-cultural.

No fundo, a questão da comunicação em geral e da comunicação tomada em suas especificidades de meios e conteúdos históricos coloca o enfrentamento entre dois pressupostos relativos a dois princípios estruturantes da Sociologia: o da ação social e o da natureza da ordem social. Se, o processo da comunicação integra e dá sentido a movimentos individualizados e exige aparato micro-teórico que enfatize o sujeito, ação individual; em última instância, o fenômeno da comunicação requer explicações macro-teóricas postas nas determinações estruturais. Somente uma concepção mais abrangente e não-segregadora tomada num contexto histórico determinado dará conta de fundamentar na base intersubjetiva da comunicação, as relações que ela estabelece entre agentes coletivos.

Notas de Referências

1. Multiplicam-se os ensaios críticos relacionando comunicação e classes sociais na América Latina. Entre eles citam-se: BARBERO, J. M. *Comunicación Masiva: discurso y*

- poder. Quito, Época, 1978. BARBERO, J. M. Desafios à pesquisa em comunicação na América Latina. *Boletim INTERCOM*, São Paulo, 49/50:23-35, jul./out. 1984. BELTRAN, L. R. La comunicación social en América Latina, problemática y perspectivas. *Memórias de la Semana Internacional de la Comunicación*, Bogotá, Série Cuadernos, 29:37-56, 1981. DELARBRE, R. T. La prensa marginal. México, El Caballito, 1980. GRINBERG, M. S. (Coord.). *Comunicación alternativa y cambio social*. México, UNAM, 1981. LUTZEMBERGER, M. G. et alii. *Cultura, comunicación de masas y lucha de clases*. México, Nueva Imagem, 1978. MATTELART A. *Comunicación y nueva hegemonia*. Lima, CELADEC, 1981. MATTELART, A. *La comunicación masiva em el proceso de liberación*. México, Siglo Veintiuno, 1978. MATTELART, A. & SIEGELAUB. *Communication and class struggle*. Great Britain, IG/IMMRC, 1979. MELO, José Marques de. (Coord.). *Comunicación e classes subalternas*. São Paulo, Cortez, 1980. MOTTA, Gonzaga. *Cultura de resistência e cultura alternativa popular no Brasil*. *Comunicação & Política*. São Paulo, 1, (1):53-69, mar./maio/1983. TAREA. *Manual de prensa obrera y popular*. Lima, Fenix, 1981.
2. COOLEY, Charles Horton. *Social organization*, New York, Charles Scribner's Sons, 1909. In: CARVALHO, Nanci Valadares (org.) *Leituras Sociológicas*. São Paulo, Vértice, 1987. p.119.
 3. SAPIR, Edward. *Encyclopaedia of the social sciences*, New York, 1931. In: CARDOSO, F. H. & IANNI, O. *Homem e Sociedade*. São Paulo, Nacional, 1973. p.161.
 4. BOGARDUS, Emory. *Fundamentals of social psychology*. 2.ed., D. Appeton Century Cia., New York & London, 1931. In: CARVALHO, N. V. (org.) op. cit., p.118.
 5. Nesta linha de argumentação Alan Dawe conduz a pensar a ambigüidade da bifurcação de dois conceitos opostos de ação social, um de natureza instrumental, cuja formulação arquetípica é encontrada na obra de Hobbes e outro, a ação moral e suas conseqüências, presente na obra de Rousseau. DAWE, Alan. *Teorias de Ação Social*. In: BOTTMORE, J. & NISBET, R. (org.) *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. pp.475-546.
 6. WEBER, Max. *Economía y sociedad*. Vol. I. Bogotá, Fondo de Cultura Económica, 1977. pp.18-23.
 7. PARSONS, Talcott. *Sociedades; perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo, Pioneira, 1969. p.17.
 8. A respeito consultar ROCHER, Guy, A teoria geral da ação. In: _____. *Talcott Parsons e a sociologia americana*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. p. 36-59.
 9. PARSONS, Talcott. *Desenvolvimentos recentes da teoria estrutural-funcional*. 9 p. mimeo. Tradução de Gabriel COHN, de *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 1964.
 10. Observar que a noção de estrutura social na análise funcional prende-se, em última instância, ao sistema de papéis normativamente constituídos que organizam e orientam os modos de agir dos indivíduos em suas relações recíprocas. Consultar STRASSER, Hermann. *A estrutura normativa da Sociologia; temas conservadores e emancipacionistas no pensamento social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. pp. 167-215. Assim, a estrutura social é um sistema funcional de relações constituído por um conjunto de papéis. Cf. SROUR, Robert Henry. *Modos de produção: elementos da problemática*. Rio de Janeiro, Graal. p. 76.

11. Sobre tendências de renovação teórica na Sociologia ver ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, (4) 2:5-28. jun. 1987. O autor defende a necessidade de uma teoria geral e discute as condições epistemológicas e as influências da hermenêutica científica nas Ciências Sociais.
12. SCHWARTZMAN, Simon. Paradigma e espaço das ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, (4), 2:31. jun. 1987.
13. HABERMAS, Jürgen. *Teoria da ação comunicativa*. Roma, Mouliano, 1980.
14. ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p.347.
15. ROUANET, Sérgio. Entrevista. *Folhetim*, São Paulo, nº 549, 14 de agosto 1987, B-2 e 3. Para HERRERO, Xavier. Racionalidade comunicativa e modernidade. *Síntese*, Rio de Janeiro, IBRADES, 37:13-32, 1986, com esta tríplice articulação Habermas evita a reificação própria de outras teorias da sociedade.
16. FREITAG, Bárbara. *Piaget: Encontros e Desencontros*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985. p. 117.
17. *A linguagem é vista como o fenômeno integrador ou disjuntivo; como o processo mais importante mediante o qual é transmitida a cultura; como portador das unidades sociais*. Esta é a opinião de BERNSTEIN, Brasil. *Comunicação verbal código e socialização*. In: COHN, Gabriel (org.) *Comunicação e indústria cultural*. 5.ed. São Paulo, T. A. QUEIROZ, 1987. p. 85.
18. Para HERRERO, o raciocínio de Habermas supera posturas cognitivo-instrumentais da racionalidade, presentes de modo diferenciado nas obras de Weber, Lukács, Horkheimer e Adorno, ao descentralizar a figura do sujeito do conhecimento, própria da filosofia para a problemática do entendimento mútuo. Cf. HERRERO, X. op. cit.
19. HABERMAS, Jürgen. *Jogo de linguagem, intenção e significação*. 18p. mimeo. s./d. Tradução de José Carlos Bruni. Neste texto Habermas, discute as posições de Wittgenstein sobre linguagem a partir da noção de jogo. p.7.
20. HABERMAS, J. Op. cit. p. 10.
21. HABERMAS, J. *Jogo de linguagem, intenção e significação*. Op. cit.
22. FREITAG, B. & ROUANET, S. P. (org.). *Habermas: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1980. p.18.
23. HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p.170.
24. HERRERO, Xavier, *Habermas ou a dialética da Razão*. *Síntese*, Rio de Janeiro, IBRADES, 33:32, 1985.
25. HABERMAS, J. Entrevista com, Um perfil filosófico-político. *Novos Estudos CE-BRAP*, São Paulo, 18:99, set. 1987.
26. Consultar ROUANET, S.P. *As razões do iluminismo*, Op. cit, p.161. Para uma reflexão sobre aspectos mais abrangentes em termos sociais pode-se ler de Habermas: *A crise de legitimação no capitalismo tardio*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980 e *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

27. As influências intelectuais em Habermas, estimulando a colocar em relação as estruturas normativas e as problemáticas da lógica do desenvolvimento, provêm basicamente, do estruturalismo genético de Piaget e da teoria do conhecimento de Kant.
28. Em *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983, a crítica de Habermas é contundente: "O materialismo histórico, que se vincula às filosofias burguesas da história, projeta uma identidade coletiva compatível com estruturas universalistas do Eu. O que é século XVIII idealizou com o título de "cosmopolitismo" é agora pensado como socialismo; nas essa identidade é projetada no futuro e torna-se, assim, tarefas da práxis política. p. 30.
29. HABERMAS, J. op. cit. p. 31.
30. Racionalizar entenda-se como cancelamento das relações de coerção, superação da comunicação sistematicamente distorcida. Op. cit. p. 34.
31. Idem p. 38/39.
32. FREITAG, B. Piaget: *Encontros e desencontros*. Op. cit. p.122.
33. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 204.
34. Idem, p. 221.
35. GIDDENS, Anthony: *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.117.
36. MARX, Karl. *Contribuição à crítica de economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p. 201 e 203.
37. PARSONS, T. *Op. cit.*
38. HABERMAS, J. *Jogo de linguagem, intencionalidade e significação*. Op. cit.
39. FREITAG, B. e ROUANET, J. P. (org.) *Habermas: sociologia para a prática*. São Paulo, Paz e Terra, 1980. p. 18.
40. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
41. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
42. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
43. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
44. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
45. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
46. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
47. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
48. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
49. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.
50. HABERMAS, J. *Contribuição à crítica de economia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 170.

ANUÁRIO DE INOVAÇÕES EM COMUNICAÇÕES E ARTES



Uma publicação anual que apresenta as sínteses de estudos e pesquisas sobre os processos comunicacionais, os fenômenos artísticos e as práticas de informação - objetos concretos do universo acadêmico.

É um flagrante da produção científica dos pesquisadores: textos submetidos aos concursos de professor titular, versões de teses de livre-docência e, ainda, ensaios baseados em teses de doutorado e dissertações de mestrado.

O Anuário tem por objetivo estreitar os laços entre a universidade e a sociedade agilizando a circulação de conhecimento novo produzido pelos pesquisadores da ECA visando a sua aplicação nos setores produtivos ou sua reprodução crítica na área educacional-cultural.

Professores, Pesquisadores, Centros de Documentação, Escolas e Entidades da área que desejam adquirir o Anuário de Inovações em Comunicações e Artes escrever para:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
A/C Setor de Vendas de Publicações
Prédio principal - térreo - Cidade Universitária
CEP: 05508 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (011) 813-3222 - ramal 2061